

Ata número Setenta

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, pelas dezoito horas, reuniu-se em edifício da "Âncora Associação Centro Comunitário de Santa Luzia", em Assembleia Geral Ordinária, os sócios desta Associação. Uma vez que à hora marcada não estavam presentes mais de metade dos associados, com direito a voto, a Presidente da Assembleia Geral deu início à sessão, às dezoito horas e trinta e um minutos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação do relatório e contas do exercício de 2024;
- 2 - Apresentação do parecer do Conselho Fiscal ao relatório e contas do exercício de 2024;
- 3 - Apreciação e votação do ponto 1;
- 4 - Ratificação do financiamento ao abrigo da Linha de Impacto Social, aprovado no ano transato.

A presidente da Assembleia, Paula Martins, começou por cumprimentar todos os presentes e deu início à ordem de trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Direção, Álvaro Regueira.

O Presidente da Direção deu início à reunião cumprimentando todos os presentes, passando a informar o ano de 2024 decorreu com normalidade, mas, com alguns constrangimentos, no entanto, houve uma inversão na evolução dos saldos. Exemplificou que em 2023 o saldo negativo era de cerca de quarenta e cinco mil euros e em 2024 foi de cerca de trinta e nove mil euros negativos, sendo que foram pagas indemnizações no valor de cinquenta e seis mil euros às ex-funcionárias afetadas ao protocolo RSI Olhas. Salientou que se não tivesse havido lugar ao pagamento das indemnizações, o saldo seria positivo.

Usou ainda de palavra para efetuar um resumo acerca do relatório de contas de 2024, realçando que - apesar de apresentarem saldo negativo, já conseguiram

estão mais equilibradas e apresentam uma trajetória positiva.

Rogou que estão a tentar otimizar e equilibrar as Contas, que conseguiram baixar a despesa e aumentar a receita e que a política de pagamentos está a funcionar corretamente com os fornecedores, nunca tendo havido qualquer atraso no pagamento de funcionários ou fornecedores, mesmo no que respeita a subsídios ou atualizações salariais.

Informou ainda que na valência Infância o custo de cada bebé é de cerca de quinhentos e setenta e três euros e o valor suportado pela Segurança Social foi de cerca de quatrocentos e dezasseis euros, criando assim, um défice de aproximadamente cento e cinquenta euros. Na Área Sénior, ambas as respostas sociais de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, apresentaram saldos positivos.

A Presidente da Assembleia deu a palavra à Presidente do Conselho Fiscal, Maria Manuela Pereira que procedeu à leitura do parecer do Conselho Fiscal, em relação ao relatório e contas do exercício de 2024.

Após a leitura do parecer do Conselho Fiscal, a Presidente da Assembleia colocou a votação o relatório e contas do exercício de 2024, o qual foi aprovado por unanimidade.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Direção que explicou que, por lapso, na última assembleia, o assunto foi apresentado, mas não foi votado. Voltando ao mesmo, relembra que face às condenações judiciais para pagamento de compensações por cessações dos contratos de trabalhos de quatro trabalhadores apela-se ao Acórdão RST Olhas, a Associação foi condenada a pagar um total de cerca de cinquenta e seis mil euros. Por impossibilidade de tesouraria foi necessário recorrer à Linha de Impacto Social, uma linha de financiamento linha de Prémio Montanha a qual foi creditada.

quarenta e cinco mil euros, tendo o Município Con-
tribuído com quinze mil euros. A contratação de
créditos deve ser aprovada pela Assembleia Geral,
não o tendo sido, submete-se agora a apreciação
da Assembleia Geral com vista à ratificação da de-
liberação da Direção. Colocada a votação foi a refe-
rida decisão ratificada por unanimidade.

O Presidente da Direção usou do palavra para co-
municar que no dezanove de março de dois mil
e vinte e cinco terminou o protocolo com a Câmara
Municipal de Tivis referente ao R.S.I. No âmbito
das quatro funcionários apenas foi necessário
pagar indemnização à Judite, sendo que as res-
tantes funcionários, nomeadamente, a Ana Luísa,
a Patrícia e a Cília conseguiram emprego noutras
entidades e por isso não tiveram direito a
qualquer compensação. A Judite exigiu ainda o
pagamento de compensação por formação, embora
nunca tenha manifestado interesse e até ter se
recusado em frequentar as formações ao longo das
considendo assim, a atitude da referida Senhora, pouco coerente.

Informou ainda que a Presidente da Câmara Municipal
de Tivis afirmou que até ao final do seu mandato pre-
tende disponibilizar a totalidade ou grande parte do valor
anteriormente acordado verbalmente, que são cerca
de cinquenta mil euros, a ser utilizado na manutenção
do edifício, nomeadamente, na reparação de azulejos
e das condutas do antigo Az Condicionado por onde entra a
água sempre que chove, apodrecendo assim os tetos.
Relativamente à reparação das salas da Infância, o
orçamento previsto é de dez mil euros e a associação apenas
dispõe de metade deste valor, apelou aos presentes
se tivessem ideias para angariar o valor em falta,
que as apresentem.

Solicitou que a associação substitua duas portas,

Uma adaptação e outra de novo lugares, estendo a ser estudada a melhor forma de as obter. Em Outubro de dois mil e inte e dois, foi solicitado o Fundo de Socorro que veio recusado por a associação não reunir as condições necessárias para a atribuição do mesmo, nomeadamente, salários em atraso, entre outras. Este Fundo de Socorro seria fundamental para a compra das duas carrinhas, mas já se percebeu que não seria solução. Por fim, informou que o Dr. Edgar, que veio substituir a Dra. Luísa, que se encontra em licença de maternidade, iniciou funções no dia sete deste mês, no entanto, o mesmo comunicou ontem que irá cessar funções no dia trinta e um deste mês. Quando a Dra. Luísa se ausentou, devido à licença de maternidade, foi solicitado a todos os funcionários, paciência e colaboração, mas tal não se verificou. No entanto, veio-se a confirmar que o Dr. Edgar não tinha a visão certa nem o perfil certo para o cargo, mas, as equipas também não colaboraram como lhes foi solicitado, tornando mais difícil o bom funcionamento da instituição. Apalhou aos funcionários presentes que futuramente sejam mais pacientes e compreensivos para com quem vier a seguir se conseguirem integrar mais facilmente. Essencialmente, é demonstrar que o nosso foco está na resposta ao utente e perceber que a hierarquia não afecta o trabalho em equipa, são apenas diferentes níveis de competências. Não havendo mais nada a tratar, deu-se como encerrado a sessão de que se lavrou a presente ata, assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia.

A Presidente - Paula (Jura) Pereira

A Primeira Secretária - Carla Alexandra Cavaco Teixeira

O Segundo Secretário - Nuno Filipe A. Regueira